

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.763 - SP (2019/0245673-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : LINCOLN CASSIO DE SOUZA SOARES
ADVOGADOS : MARCEL GOMES BRAGANÇA RETTO - SP157553
JOAQUÍN GABRIEL MINA - SP178194
AGRAVANTE : ELECTRONIC ARTS NEDERLAND B V
AGRAVANTE : ELECTRONIC ARTS EUROPE LTD
ADVOGADOS : RICARDO BARRETTO FERREIRA DA SILVA - SP036710
DANIELLE CHIPRANSKI CAVALCANTE - SP292183
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 NCPC), interposto por **ELETRONIC ARTS NEDERLAND B.V. E OUTRO**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 3461-3462, e-STJ).

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 2912-2913, e-STJ):

DANOS MORAIS. USO INDEVIDO DE IMAGEM DE JOGADOR DE FUTEBOL EM JOGOS DE VÍDEO GAME. CASOS SEMELHANTES JÁ JULGADOS NA CORTE.

1. Denúnciação da lide aos clubes com quem a ré teria obtido autorização do uso da imagem. Transferência genérica dos direitos de imagem dos jogadores daquele clube, sem haver nos autos sequer uma lista de quais seriam esses jogadores. Desaconselhável inserir na lide questões relativa a contrato firmado com terceiro sem a mínima comprovação da cadeia sucessória de cessão dos direitos de imagem. Denúnciação indeferida.

2. Documentos indispensáveis à propositura da demanda.

Informações incontroversas trazidas na inicial de como os games funcionam, descrevendo a sua dinâmica, objetivo para o player e atrativos, trazendo prints das “páginas” do game mais relevantes, como aquelas que trazem o “avatar” do atleta e as suas características, é suficiente para elucidação do juízo acerca de como a imagem do atleta é utilizada. Desnecessidade de juntada da integralidade dos jogos, sendo que sua ausência certamente não configura cerceamento de defesa da ré, produtora dos jogos.

Preliminar afastada.

3. Prescrição. Versões anteriores dos jogos continuam em circulação e sendo comercializadas. Violação contínua ao direito de imagem. Prescrição não configurada.

4. Suppressio. Não havendo comprovação de conduta do autor que não seja a mera inércia, descabe se falar em perda do direito por aplicação do instituto da suppressio, para cuja configuração não basta o transcurso do tempo, diferenciando-se, assim, da prescrição.

5. Autorização do uso da imagem. Alegação da ré de desnecessidade de autorização que é contraditória com a sua postura de tentativa de obtenção

de autorizações por diversos modos.

Apesar de jogador ser espécie de figura pública, a ré não pode usar a imagem do autor em exploração comercial sem licença, que, naturalmente, é concedida de forma onerosa. Hipótese que se diferencia do uso de imagem em favor de interesse público, não havendo justificativa para flexibilização do direito à proteção da imagem. Irrelevância do uso da imagem não ser depreciativo (Sumula nº 403 do STJ). Apesar de não ser atleta com fama de celebridade, a imagem do autor agrega valor aos games, visto que um dos grandes atrativos é a simulação da realidade do esporte.

Como a imagem foi usada sem licença está caracterizado o ilícito produtor de danos indenizáveis.

6. Contratos firmados com a FIFPRO. Ausência de comprovação da cadeia de cessões do direito de imagem, a começar pelo autor, até chegar-se na FIFPRO. Contrato que não configura autorização legítima do uso da imagem.

7. Contratos firmados com os clubes que o atleta atuava. Ausência de comprovação de que os clubes possuíam os direitos de imagem que cederam, ainda mais considerando que o art. 87-A, caput, da Lei nº 9.615/98, exige que o clube firme com o atleta contrato relativo ao direito de imagem de forma apartada do contrato de trabalho desportivo.

8. Quantum indenizatório. Ponderada a expressão da imagem do atleta em questão e dos clubes que atuava, o preço de venda dos games, o valor de mercado do direito de imagem para games e uso não depreciativo da imagem, o quantum indenizatório deve ser reduzido de R\$10.000,00 para R\$5.000,00 por aparição/versão.

Precedentes.

9. Termo inicial dos juros de mora. Responsabilidade extracontratual. Aplicação da Súmula nº 54 do E. STJ. Incidência a partir do evento danoso (lançamento de cada versão).

10. Sucumbência. Indenização por dano moral em quantia menor que a requerida não implica em sucumbência parcial. Súmula nº 326 do E. STJ.

11. Recursos providos, em parte.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 2971-2973, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 2976-3040, e-STJ), os recorrentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos **(i) 1.022, I, II e III do CPC/2015**, alegando negativa da prestação jurisdicional; **(ii) 206, §3º, V do Código Civil**, sustentando que o prazo prescricional para a pretensão indenizatória é de três anos, sendo que o recorrido ajuizou a demanda quase sete anos após o lançamento da edição do primeiro jogo reclamado; **(iii) 186 e 927 do Código Civil**, apontando que não estão presentes os pressupostos legais, referentes ao dever de indenizar, notadamente a ilicitude e o dano; **(iv) 884 e 944 do Código Civil**, alegando a exorbitância e desproporcionalidade do valor da indenização, ensejando o enriquecimento ilícito da recorrida; **(v) 129, caput e parágrafo único, primeira parte do CPC/2015 e 82, caput e §2º, 85 caput e §2º e 86, caput e parágrafo único, do CPC/2015**, ante o fundamento de que o acórdão recorrido julgou a denunciação da lide de forma equivocada, julgando-a improcedente juntamente com a ação principal.

Contrarrazões (fls. 3415-3448, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial (fls. 3461-3462, e-STJ), dando ensejo a interposição do presente agravo (fls. 3484-3503, e-STJ).

Foi apresentada contraminuta (fls. 3533-3560, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. A recorrente aponta violação ao artigo 1022, I e II do CPC/15, sob o argumento de que o Tribunal *a quo* fora omissos quanto à análise das seguintes teses: a) o fato de não ter o recorrido comprovado a venda das edições cujo pleito foi indicado pela recorrente como prescrito; b) em relação às 462 autorizações trazidas aos autos pela recorrente, que demonstram que o valor indenizatório, se existente, deveria ser substancialmente menor, e c) quanto ao termo inicial dos juros moratórios que, na forma dos mencionados julgados, no caso de responsabilidade civil extracontratual, incide a partir do arbitramento.

Da leitura do aresto embargado, verifica-se que a alegada violação não se configura, na medida em que a Corte Estadual, ao apreciar os recursos interpostos pela parte, dirimiu de forma clara e integralmente a controvérsia, sem omissões, abordando as teses apontadas, porém em sentido contrário ao pretendido pela recorrente, como se vê dos seguintes trechos do *decisum* (fl. 2918 e 2921, e-STJ - grifou-se):

A imagem do autor não foi aproveitada apenas com sentido figurativo ou de informar o esquema funcional, pois concorre, paralelamente, uma vertente de fundo econômico ou o contributo da imagem para enriquecer o game (valor agregado), o que caracteriza um plus. Esse é um fator importante porque o jogo possui caráter precípua econômico, lucrativo, pois, mais que a informação prestada sobre os jogadores de cada time, como no caso em apreço, cada imagem será escolhida para compor o mecanismo do entretenimento. **Não há como desvincular a imagem do fim mercantilista ou do lucro.**

(...)

Sendo que o autor esteve presente em 10 edições do jogo, o quantum indenizatório total deve ser de R\$50.000,00. O termo inicial dos **juros de mora devem ser computados desde o evento danoso** (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e não da citação como fez o magistrado, **por se tratar de responsabilidade extracontratual.**

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, **o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.**

Nesse sentido, são os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 55.751/RS, Terceira Turma, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 14.6.2013; AgRg no REsp n. 1.311.126/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 22.5.2013; REsp n. 1244950/RJ, Terceira Turma, Relator o Ministro Sidnei Beneti, DJe 19.12.2012; e EDcl no AgRg nos EREsp n. 934.728/AL, Corte Especial, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 29.10.2009.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Afasta-se, portanto, a alegada ofensa ao artigo 1022 do CPC/15.

2. Os recorrentes sustentam ofensa ao art. 206, §3º, V do Código Civil, sustentando que o prazo prescricional para a pretensão indenizatória é de três anos, sendo que o recorrido ajuizou a demanda quase sete anos após o lançamento da edição do primeiro jogo reclamado. A esse respeito, o Tribunal de origem entendeu que (fl. 2917, e-STJ):

Agora o desafio é analisar a prescrição. Para que haja violação do direito de imagem é irrelevante apenas a produção dos jogos e ações de marketing da ré, vez que a imagem continua a ser utilizada ao longo do tempo por meio da comercialização de versões de anos anteriores, ainda que por terceiros-parceiros. Assim, responde a ré pelos produtos que coloca em circulação no mercado. Em outras palavras, a violação do direito de imagem do autor não se dá somente no ano de lançamento do game, mas, sim, periodicamente e a continuação do ilícito obsta a prescrição.

Assim, verifica-se que o acórdão do Tribunal local está em consonância com o entendimento desta Corte no sentido de que em se tratando de violação extracontratual de direitos do autor o termo a quo nasce a cada dia em que o direito é violado. A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. PLÁGIO DE OBRA LITERÁRIA. DANO MORAL E MATERIAL. ARTS. 189 E 206, § 3º, V, DO CC. PRAZO PRESCRICIONAL. VIOLAÇÃO CONTINUADA. TERMO INICIAL. DATA DA ÚLTIMA EXIBIÇÃO DA NOVELA. PRECEDENTE. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL FEITO POR AMBAS AS PARTES. DEFERIMENTO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. REFORMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ.

[...]

2. O prazo prescricional para a propositura de ação indenizatória por ofensa a direito autoral é de 3 anos. **Porém, o termo a quo** nasce a cada dia em que o direito é violado. Assim, se a violação do direito é continuada, de tal forma que os atos se **sucedam em sequência, a prescrição ocorre do último deles.**

3. No caso concreto, a alegada lesão ao direito da autora se protraiu no tempo, de 20/6/2005, data em que apresentado o primeiro capítulo, até 10/3/2006, quando exibido o último capítulo do folhetim, não se encontrando prescrita a ação ajuizada aos 9/9/2008).

[...]

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 661.692/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 4/8/2017 - grifou-se).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO

AUTORAL. ECAD. VIOLAÇÃO EXTRACONTRATUAL. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL.

1. Em se tratando de violação extracontratual de direitos do autor, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do Código Civil de 2002, segundo o qual prescreve em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil, observadas as regras de transição previstas no art. 2.028 do mesmo diploma legal.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1539725/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 04/10/2016)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83/STJ, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

3. No que toca à configuração do dano moral, o Tribunal de origem com amparo nos elementos fático-probatórios constantes dos autos concluiu pela responsabilização do recorrente em razão do uso indevido da imagem do recorrido. É o que se extrai do seguinte excerto do acórdão impugnado (fls. 2919, e-STJ - grifou-se):

É de provocar perplexidade uma indústria do ramo não reunir a documentação adequada para somente com licença dos integrantes dos jogos, lançar o produto no mercado. A autorização para uso de imagem não se presume e o processo termina permitindo afirmar não ter havido licença do autor para que sua imagem fosse utilizada, o que fulmina eventual cessão a non domino que se fez para a empresa denunciada.

A imagem do autor não foi aproveitada apenas com sentido figurativo ou de informar o esquema funcional, pois concorre, paralelamente, uma vertente de fundo econômico ou o contributo da imagem para enriquecer o game (valor agregado), o que caracteriza um plus. Esse é um fator importante porque o jogo possui caráter precípua econômico, lucrativo, pois, mais que a informação prestada sobre os jogadores de cada time, como no caso em apreço, cada imagem será escolhida para compor o mecanismo do entretenimento. Não há como desvincular a imagem do fim mercantilista ou do lucro.

Assim sendo, para derruir as premissas sobre as quais se baseou a Corte de origem, a fim de se reconhecer a ausência de responsabilidade pelo ilícito civil - como pretendem os insurgentes -, seria necessário o revolvimento dos elementos de prova constantes dos autos, hipótese vedada na presente esfera recursal, ante o óbice contido na Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. COMUNICAÇÃO DE CRIME. EXCESSO DOS COMUNICANTES. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. O tribunal de origem reconheceu o dano moral decorrente dos excessos na comunicação de suposto crime que incluiu a abordagem da vítima em seu

ambiente de trabalho, seguida de agressões físicas, verbais e de acusação pública de furto, esbarrando o acolhimento da tese de exercício de dever legal e regular do direito no óbice contido na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso em que fixada a indenização em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para reparar excesso na comunicação de suposto crime que resultou na impossibilidade de a vítima continuar no emprego no qual estava há 8 (oito) anos.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 996.541/BA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 14/03/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMUNICAÇÃO DE FATO À AUTORIDADE POLICIAL. DANO MORAL CONFIGURADO. REVISÃO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

2. No caso concreto, o Tribunal de origem examinou os elementos fáticos dos autos e concluiu pela configuração do dano moral, pois a comunicação de suposto crime à autoridade policial foi feita sem qualquer cautela. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial ante o óbice da mencionada súmula.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 304.838/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 29/09/2015)
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.

AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL. AUTOR PRESO POR 38 DIAS EM RAZÃO DE INFORMAÇÃO INVERÍDICA DE ROUBO PELOS PREPOSTOS DA AGRAVANTE. ABUSO DO EXERCÍCIO DE DIREITO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta egrégia Corte se orienta no sentido de considerar que a comunicação à autoridade policial de fato que, a princípio, configura crime, ou o pedido de apuração de sua existência e autoria, suficientes a ensejar a abertura de inquérito policial, corresponde ao exercício de um dever legal e regular de direito, que não culmina na responsabilidade indenizatória. "Poderá o denunciante ser responsabilizado, entretanto, se o seu comportamento doloso ou culposos contribuiu de forma decisiva para a imputação de crime não praticado pelo acusado" (REsp 470.365/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/10/2003, DJ de 1º/12/2003, p. 349).

2. No caso, o eg. Tribunal de origem foi categórico em reconhecer a

existência de abuso de direito, afirmando que "o autor foi preso (...) em razão de acusações inverídicas narrados pelos empregados da apelada, ficando detido por 38 dias" e que "os prepostos da ré agiram com excesso, sem provas e com acusações não aceitáveis".

Incidência do óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 635.315/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 18/08/2015)

4. Apontam os recorrentes violação aos artigos 884 e 944 do Código Civil, alegando a exorbitância e desproporcionalidade do valor da indenização, ensejando o enriquecimento ilícito da recorrida .

No particular, o órgão julgador assim decidiu (fls. 2920-2921, e-STJ):

Outro ponto a ser enfrentado diz respeito ao valor fixado a título de indenização. Apesar de o autor não ser jogador com fama de celebridade, atuou, em clubes conhecidos do futebol brasileiro, como Bahia e Palmeiras.

Também é relevante que os games da ré são de grande sucesso e de alto custo, sendo que é vendido pela quantia aproximada de R\$200,00. Ademais, é de conhecimento notório que o futebol costuma envolver valores que, em contextos normais, são considerados exagerados. Por outro lado, não deve passar despercebido que a ré apresenta contratos firmados recentemente com cerca de 400 jogadores em que, para licenciar o uso da imagem nos games por dois anos, o preço é de R\$1.500,00 (fls. 2198/2667). Ademais, a aparição nos jogos da ré não é depreciativa da imagem do autor.

Seguindo o parâmetro utilizado por diversas Câmaras desse Colendo Tribunal deve ser considerado como razoável e proporcional o montante de R\$5.000,00 por cada surgimento da imagem. Senão vejamos: (...)Destarte, indenização deve ser minorada de R\$10.000,00 para R\$5.000,00 por aparição/versão. Sendo que o autor esteve presente em 10 edições do jogo, o quantum indenizatório total deve ser de R\$50.000,00. O termo inicial dos juros de mora devem ser computados desde o evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e não da citação como fez o magistrado, por se tratar de responsabilidade extracontratual.

No que se refere ao pleito de redução da verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Desta forma, se o arbitramento do valor da compensação por danos morais foi realizado com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, caso se trate de responsabilidade subjetiva, e ao nível socioeconômico do recorrido, orientando-se a Corte de piso pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade,

fazendo uso de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, o STJ tem por coerente a prestação jurisdicional fornecida. Precedentes: AgRg no AREsp 481.558/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 30/05/2014; AgRg no Ag 823.567/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 01/10/2015.

No caso em tela, visando adequar a verba indenizatória aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o Tribunal *a quo* reduziu o valor fixado da indenização de R\$10.000,00 para R\$5.000,00 por cada aparecimento da imagem do autor, totalizando a quantia de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Referido valor, consideradas as circunstâncias fáticas (delineadas na sentença e no acórdão), não destoa daqueles reputados razoáveis e proporcionais por esta Corte, de modo a não haver justificativa para afastamento do óbice inserto na Súmula 7/STJ. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). DANO. USO INDEVIDO DE IMAGEM DE JOGADOR DE FUTEBOL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. EDIÇÕES EM CIRCULAÇÃO. AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO OU CONDUTA QUE A ENSEJASSE O USO DA IMAGEM. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. DANO. VALOR. SÚMULA Nº 7/STJ. SUCUMBÊNCIA. SÚMULA Nº 326/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 54/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1434260/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2019, DJe 05/09/2019) [Indenização por dano moral: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)].

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MATÉRIA JORNALÍSTICA. VEICULAÇÃO DA IMAGEM DE MENORES PARA ILUSTRAR REPORTAGEM SOBRE GRAVIDEZ PRECOCE. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS. ABUSO NO DIREITO DE INFORMAR. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL INDENIZÁVEL. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não obstante o caráter informativo do noticiário demandado e seu perceptível interesse público, verifica-se o abuso no direito de informar, decorrente do uso indevido de imagem de menores (mãe adolescente e seu filho), sem autorização dos responsáveis legais, para ilustrar matéria relativa à gravidez precoce. 2. A obrigação de reparação decorre do próprio uso indevido da imagem, não havendo que se cogitar da prova da existência concreta de prejuízo ou dano, nem se investigar as consequências reais do uso, sendo completamente desinfluyente aferir se ofensivo ou não o conteúdo do ilícito.

3. A reforma do acórdão recorrido, quanto à falta de autorização dos responsáveis legais dos menores, demandaria o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito estreito do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

4. O Tribunal de origem não se manifestou sobre o termo inicial dos juros de

mora e da correção monetária, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 312.647/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 06/06/2019) [Indenização por dano moral: R\$ 7.800,00 a uma parte e R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)].

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO AO DIREITO DE IMAGEM. DANO "IN RE IPSA". SÚMULA 83/STJ. FINALIDADE ECONÔMICA DA PUBLICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Os danos morais por violação ao direito de imagem decorrem diretamente do seu uso indevido, sendo prescindível a comprovação da existência de outros prejuízos, por se tratar de modalidade de dano "in re ipsa". Incidência da Súmula 83/STJ.

2. O Tribunal de origem concluiu pela finalidade econômica da utilização da imagem das agravadas. Infirmar tais conclusões do Tribunal de origem demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a natureza irrisória da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 4. No caso, o montante estabelecido pelo Tribunal de origem em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada agravada, não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

5. Os juros moratórios incidentes sobre os danos morais decorrentes de responsabilidade extracontratual fluem a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1348021/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018)

Inafastável, portanto, o teor da Súmula 7/STJ.

5. Sob a questão da denunciação da lide assim decidiu o Tribunal de origem (fl. 2915, e-STJ):

Não há se falar em denunciação da lide. Nos contratos firmados com os clubes (Bahia fls. 1475/1481 e Palmeiras fls. 1482/1488) existe uma cláusula de transferência genérica dos direitos de imagem dos jogadores, sem especificar quais seriam esses jogadores. Ou seja, a ré não logrou êxito em provar que os aludidos contratos de licenciamento de marcas abrangeriam o autor e isso elimina a tese da defesa, pois o correto seria obter de cada jogador contrato individual de direito de imagem para exercício dos direitos

correspondentes.

Como se vê, por meio da interpretação das cláusulas contratuais e do conteúdo fático-probatório constante dos autos, o órgão julgador concluiu pela impossibilidade de denunciação da lide.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal, ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, bem como a interpretação das previsões contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, ante os óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

Neste sentido, vejam-se os precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REVISÃO DE FATOS, PROVAS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS Nº 7 E 5 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. As conclusões do acórdão recorrido decorreram da análise de elementos fático - probatório dos autos, e cláusulas contratuais, e a esta Corte é vedado o reexame de tal suporte em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1419869/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. RESPONSABILIDADE. REEXAME FÁTICO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A análise da pretensão recursal quanto ao descumprimento de cláusula contratual demandaria a análise das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido e a reinterpretação de cláusulas contratuais, o que encontra os óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

3. A incidência da Súmula nº 7/STJ prejudica o conhecimento do recurso quanto à divergência jurisprudencial alegada.

4. O mero inconformismo com a decisão agravada não enseja a necessária imposição da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 quando não configurada, por decisão unânime do colegiado, a manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso.

5. Na hipótese, não há falar em litigância de má-fé, pois a parte interpôs recurso legalmente previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, pelo que não se verifica afronta ou descaso com o Poder Judiciário.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1325348/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS

Superior Tribunal de Justiça

CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019)

Incide, no ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

6. Do exposto, nego provimento ao agravo interposto por ELETRONIC ARTS NEDERLAND B.V. E OUTRO.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator